

O RETORNO DA GEOECONOMIA NOS FLUXOS GLOBAIS THE RETURN OF GEOECONOMY IN GLOBAL FLOWS

Prof. Dr. Cristovão Henrique Ribeiro da Silva¹

RESUMO: A virada do século XXI apresenta um conjunto de novos fatores para compreensão das estruturas produtivas arquitetadas numa complexa rede de territórios que o capitalismo global se organizou. Na direção desta reflexão, a geoeconomia auxilia a geopolítica no exercício identificar qual o papel do território na arrumação dos fluxos globais que interferem significativamente nas escalas do acontecer, do lugar, do local. Como dissemos é uma análise inicial, num contexto conturbado no plano internacional e permanente de contradições nas escalas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Geoeconomia, Geopolítica, Fluxos

ABSTRACT: The turn of the 21st century presents a set of new factors for understanding the productive structures that have been built in a complex network of territories that global capitalism has organized. In the direction of this reflection, geoeconomics assists geopolitics in the exercise of identifying the role of the territory in the arrangement of global flows that significantly interfere in the scales of the event, of the place, of the place. As we said, it is an initial analysis, in a context of international and permanent contradictions at the local scales.

KEYWORDS: Geoeconomics, Geopolitics, Flows

POR QUE ENTENDER GEOECONOMIA? ²

¹ Geógrafo, Mestre em Geografia Industrial pela UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Doutor em Geoeconomia e Desenvolvimento Regional pela UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados; Pesquisador Sênior na Empresa Araúna - Soluções e Planejamento Econômico. E-mail de contato: crstovamhenrique@yahoo.com.br

² Texto inspirado no relatório “*Geo-economics Seven Challenges to Globalization*” do Fórum Econômico Mundial realizado pelo Conselho da Agenda Global sobre Geoeconomia do fórum que traça os desafios que as atuais tendências geoeconômicas da globalização (WEF, 2015). Inclusive já fizemos uma análise sobre a América Latina do ponto de vista geoeconômico em Ribeiro Silva (2017a) Para mais detalhes acesse o relatório na íntegra <https://goo.gl/s8icFm>

Este texto, possui um tom capitular no sentido de compreender a dimensão geoeconômica das relações no espaço geográfico na atualidade. Tom de capítulo, porque faz parte de um esforço teórico e metodológico para identificar, nas decisões dos Estados nações e corporações, o conteúdo territorial que se torna decisivo e de domínio tático para atingir seus respectivos objetivos seja de soberania nacional, no caso dos Estados, ou, de liderança de mercado do ponto de vista das empresas.

Utilizaremos como exemplo, a supervalorização das *commodities* no mercado internacional, no início do século XXI, que do ponto de vista do capitalismo de Estado e da iniciativa privada, sedimentou estratégias geoeconômicas em estruturas globais, e por isso, temos de entender geoeconomia para daí então tratar do seu retorno.

Mas antes de debater sobre *commodities*, falemos sobre industrialização, que é o motor da valorização dos preços das matérias primas na primeira década do século XXI. O principal aspecto da indústria, desde os princípios da revolução industrial, é a transformação tal como nos conta Hobsbawm em seu livro *Industry and Empire (Indústria e Império)* de 1999. Sempre que se toca nesse assunto – indústria – uma lista volumosa de fatores locais surge (recursos naturais, mão de obra, transporte), todos esses reunidos para consolidar um processo de industrialização. Porém, nos últimos anos, os receituários neoliberais avançaram no sentido de nublar a compressão de que não há atividade industrial sem a intervenção do Estado na *proteção da indústria nascente*.

Essa ideia de protecionismo advém de um economista alemão, Friederich List (1841), contemporâneo de Karl Marx e Adam Smith que, devido as dificuldades de acesso aos escritos (tradução e meios de transporte), ficou fora do *mainstream* dos pensadores que debatiam a expansão da atividade industrial durante as duas revoluções industriais. Uma análise recente de Chang (2004) sobre a história econômica da indústria mostrou que TODOS – e quando se coloca em maiúsculo, não é exagero – os países desenvolvidos ou países ricos adotaram estratégia de desenvolvimento industrial via política industrial, dado curioso, diante dos discursos neoliberais contemporâneos.

Inúmeras áreas do conhecimento tentavam, na aurora do século XXI, definir marco inicial desse século. Uma das propostas de marco inicial estaria nos

atentados de setembro de 2001, que derrubou as torres gêmeas, iniciando a guerra no Iraque, em 2003. Porém, essa alcunha de início do século ficaria a cabo do colapso na economia mundial, com a quebra do Banco Lehman Brothers em 2008, nos EUA, que contaminou todas as economias de industrialização completa, como Suíça, Suécia, Alemanha e França, espalhando-se por todas as economias capitalistas.

Essa conjuntura pós-crise global fez com que o ideário neoliberal – que aposta no ambiente institucional de livre mercado embutido do mito da política econômica de estabilização monetária – ficasse de escanteio, trazendo para o centro da mesa a importância do debate de estratégias de desenvolvimento dos Estados-nações focadas nas políticas industriais.

Mas antes disso, é importante salientar dois aspectos: o primeiro relacionado à geoeconomia, tal como no caso de política industrial. O conceito de geoeconomia não é novo. No Brasil, a abordagem geoeconômica é prevista na Constituição Federal de 1988 para “[...] efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais [...]” (BRASIL, 2012, p. 43).

As regiões geoeconômicas são adotadas em várias ocasiões e instituições do Brasil, como por exemplo nos Sistemas Financeiros Brasileiros (SFB) regulamentados pela Lei nº 1.959/1982 (BRASIL, 1982). Pode-se citar até a estrutura tributária da Lei Kandir que divide as compensações e direciona recursos tanto para o Fundo de Participação dos Estados quanto para os Municípios (FPE e FPM), levando em consideração as regiões geoeconômicas brasileiras.

Tais abordagens geoeconômicas são geralmente praticadas pela ação do Estado e das corporações. Sob a ótica da esfera acadêmica, vários estudos da Geografia, como os de Bernardes (1964) Geiger (1964) Correa da Silva (1986) e mais recentes de Egler (1993; 2008; 2009a; 2009b) destacam essa compreensão das atividades produtivas no território com o viés geoeconômico. Timidamente, por meio de alguns ensaios já debruçamos sobre a temática no Mato Grosso do Sul em específico em Ribeiro Silva (2016a), e, esboçamos uma análise geoeconômica tendo como base empírica a América Latina em Ribeiro Silva (2017a).

Entretanto, para seguir em frente sobre essa produção científica no Brasil, no que tange a geoeconomia, os estudos de regiões geoeconômicas do Brasil de Pedro Pinchas Geiger, é adotado até os dias de hoje (2017) pelo IBGE. Foi desenvolvido em 1964, dividindo o Brasil em três regiões geoeconômicas, a saber: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul (Mapa 1). Essa proposta de regionalização brasileira consiste em peculiaridades socioeconômicas. O norte de Minas Gerais, por exemplo, faz parte do complexo regional nordestino, o extremo sul do Mato Grosso pertence à região Centro-Sul e o restante do seu território faz parte da região da Amazônia, a porção oeste do Maranhão integra-se à Amazônia, e o extremo sul do Tocantins pertence à região Centro-Sul (GEIGER, 1964).

Essas são as características da Geoeconomia no âmbito da Geografia Brasileira. Na Economia, na virada do século XXI, economistas como Krugman (1993;1995) Krugman e Obstfeld (2010)³ perante essa ampliação do papel das transnacionais nos fluxos comerciais globais, passaram a intitular de “*new-geography*”⁴ o acirramento das estratégias de desenvolvimento e inserção de mercados internacionais desempenhadas pelos Estados e corporações, o que no campo da Geografia, é prerrogativa da geoeconomia.

³ Krugman (1993; 1995) Krugman e Obstfeld (2010) são chamados de “economistas de *mainstream*”, com declarada ortodoxia e com modelos matemáticos aplicados, contudo, não negam a dimensão espacial nos processos econômicos, mesmo que a concepção de território esteja bem distante daquela trabalhada por geógrafos econômicos (EGLER, 2008b).

⁴Nova geografia (tradução livre do autor).



No campo das reflexões sobre geoeconomia, pode-se salientar um importante aspecto teórico-metodológico: a geoeconomia não pode ser confundida com geopolítica, pois uma não substitui a outra. O cenário de reestruturação produtiva global, por exemplo, pode ser interpretado do ponto de vista geoeconômico, ao passo que as estratégias de mercados orquestradas pelas corporações se enquadram no domínio tático das redes de logística, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, capacidade produtiva, *market share*, pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Por outro lado, a geopolítica pode ser exemplificada utilizando as evidentes políticas de atuação dos Estados-nações, precisamente na consolidação de pactos de poder regionais, acesso a mercados estratégicos de fornecimento de insumos tecnológicos ou de matérias-primas, poder bélico, acordos bilaterais e soberania nacional. Logo, deve-se inferir sobre a existência dessas duas abordagens

correlatas e indissociáveis na análise tanto das relações internacionais quanto da atuação das corporações transnacionais.

Para se ter uma visão mais ampla sobre essa temática, a perspectiva de Deborah Cowen e Neil Smith (2009) em um recente artigo chamado *After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics*⁵ é interessante a medida que traça uma análise dos novos nexos geopolíticos e geoeconômicos globais, a partir dos fluxos comerciais internacionais, aprofundados depois da queda das torres gêmeas em 2001. Segundo os autores, pode-se compreender a relação entre geopolítica e geoeconomia assim:

[...] Where geopolitics can be understood as means of acquiring territory towards a goal of accumulating wealth, **geoeconomics reverses the procedure**, aiming directly at the accumulation of wealth through market control. The acquisition or **control of territory is not at all irrelevant but is a tactical option rather than a strategic necessity**. To be sure, geopolitical calculation is always available when deemed necessary. Insofar as there is a historical succession of sorts from geopolitical to geoeconomic logics of geographical power, therefore, this in no way represents a one-dimensional, irreversible, evolutionary necessity. The rise of geoeconomic calculation is highly uneven temporally as well as spatially, it is episodic, and it can never fully supplant geopolitics. [...] (COWEN E SMITH, 2009, p. 21, grifo nosso)⁶.

A maioria dos geógrafos brasileiros conhece a obra e o legado de Neil Smith, conhecido por seu livro *Desenvolvimento Desigual* (1988) e por sua concepção de geoeconomia, bem complexa, envolve um jogo dialético com a geopolítica, na qual o aspecto geoeconômico surge do domínio tático dos mercados e das redes produtivas sobre o território, selecionados pela ação do Estado e/ou das corporações, diferente da geopolítica, na qual o empoderamento é necessário para acumulação da riqueza.

⁵ Depois da geopolítica? Da geopolítica social para geoeconomia (2009) (tradução livre do autor)

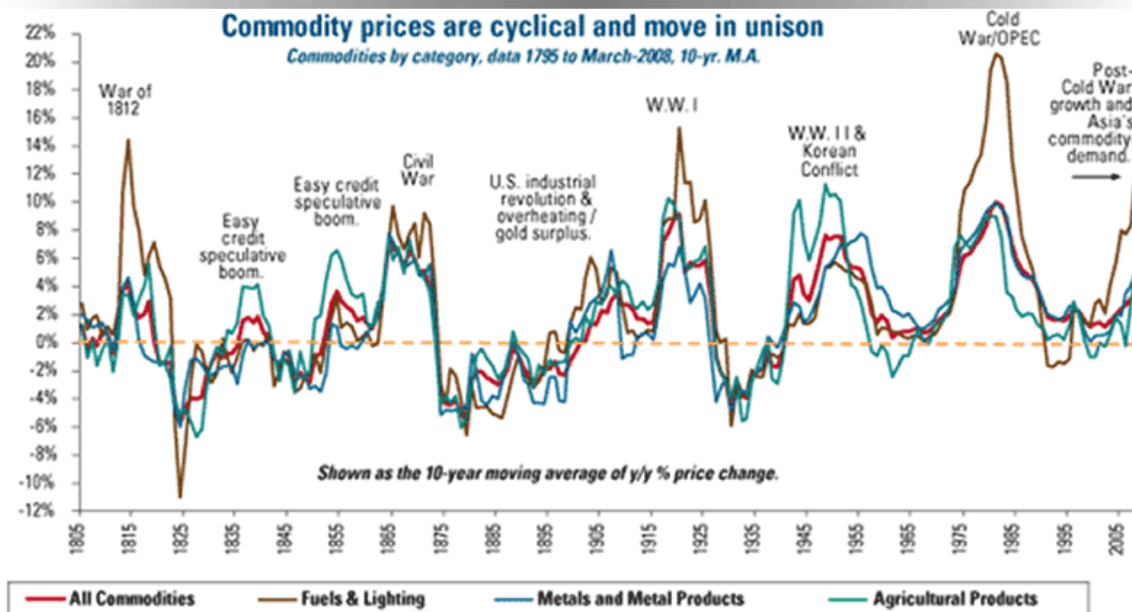
⁶[...]. Onde geopolítica pode ser entendida como os meios de aquisição de território para um objetivo de acumular riqueza, geoeconomia inverte a procedimento, visando diretamente para a acumulação de riqueza através do mercado ao controle. A aquisição ou o controle do território não é de todo irrelevante, mas é uma opção tática, em vez de uma necessidade estratégica. Para ter certeza, cálculo geopolítico está sempre disponível quando necessário. Na medida em que há uma sucessão histórica dos tipos de geopolítica para lógicas geoeconômicas de poder geográfico, portanto, isso de forma alguma representa uma irreversível necessidade unidimensional, evolutiva. O aumento de cálculo geoeconômico é muito desigual temporalmente bem como espacialmente, é episódico, e nunca poderá substituir totalmente a geopolítica [...]. (Tradução Livre, do autor)

Nessa linha argumentativa, Egler (2009b) adverte sobre a análise das dinâmicas dos sistemas globais de produção ou cadeias produtivas globais do ponto de vista da geoeconomia, em que:

“[...] não se restringem ao estudo das relações entre Estado e mercado e aos mecanismos utilizados para projetar o poderio econômico. [...] Trata-se da análise dinâmica dos chamados sistemas globais, que envolve questões cruciais acerca das relações entre sociedade e natureza diante da crescente depleção dos recursos naturais [...]” Egler (2009b, p. 6).

Entendida essa questão no que diz respeito a geoeconomia, voltemos a temática da supervalorização dos preços das *commodities* na escala internacional. Já que esse fenômeno do mercado nos serve de exemplo para traçarmos qual é o cenário de retorno da abordagem geoeconômica. No início dos anos 2000, a combinação do progresso tecnológico, aprimoramento dos meios de transporte, a rápida urbanização e industrialização dos países de industrialização tardia impulsionaram o índice de preços das *commodities* em 177%.

Nessa conta, coloquemos o crescimento econômico dos países do BRICS, isso permitiu que o índice de preços das *commodities* que detinha cem anos de depreciação marcados principalmente pela crise de 1929, duas guerras mundiais e a crise do petróleo em 1970, se recuperasse em ritmos acelerados (Figura 1). Para sermos exatos, essa fase do superciclo, ficou caracterizada, sobretudo, entre os anos de 2002 e 2012, período em que os índices de crescimento da China eram de sobremaneira altos.



Source: Stifel Nicolaus & Co., Stifel Nicolaus format, data Historical Statistics of the United States, a U.S. Census publication, EIA, USDA. 2008E data point incorporated into the last 10-year moving average was March-2008 over March-2007.

Figura 1: Superciclo de *commodities* de 1805 a 2005.

Porém, adicionado os efeitos da crise financeira global de 2008, o superciclo de *commodities* começa em 2011 dar sinais que estava entrando em declínio atingindo 150% dos preços do século passado (FMI, 2013; BLAS, 2012). Embora, com a retração dos preços das *commodities* eles continuavam, em 2014, a 160% acima do que estava na deflagração da crise.

O minério de ferro é um exemplo que podemos utilizar, segundo os índices de preços de Mckinsey, a tonelada era cotada por volta de 84,14 dólares em 2013, durante o superciclo (2002-2012) era vendido por US\$ 200/Tonelada. Valor muito maior do que era comercializado no período pré-supercycle que girava em torno de 15 a 20 dólares americanos (BLAS, 2012; BLACK, 2014). Ou seja, o superciclo não se findou como muitos economistas deram a sentença, ao contrário, ele continua a ritmos mais lentos inclusive, os estudos de Dobbs et. al. (2013) e Alston; Babcock e Padey (2010) atribui-se a essa questão dos preços das *commodities* que continuarão altos e voláteis por mais 20 anos (Figura 2).

Índice de preços internacionais de *commodities* — jan./03-fev./14

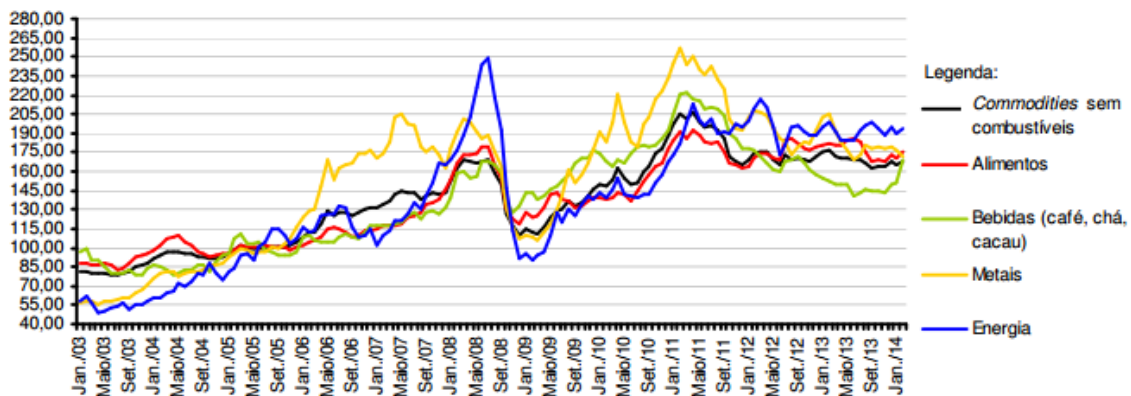


Figura 2: Superciclo de *commodities* (2003-2014)
Fonte: Black, 2014.

Essa volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas e minerais é classificada em duas situações uma de curto prazo: orientada pelas questões de desastres naturais como chuvas torrenciais causadoras de inundações e tornados, secas intermitentes como aconteceu no Sudeste do Brasil em 2015 que elevou os custos do Etanol em 20%, greves trabalhistas, e ainda restrições de exportações, como por exemplo a barreira tarifária US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) para entrada de Etanol brasileiro nos EUA e até conflitos militares em zonas petrolíferas.

Numa outra vertente, a volatilidade de longo prazo, relacionada ao abastecimento de novos mercados internacionais na qual há dificuldade de atender a demanda por dificuldades de acesso a novas técnicas exploração de petróleo em águas profundas; a exploração jazidas de minério de ferro em regiões de comunidades tradicionais e/ou expansão de monocultivos frente a pressão de movimentos sociais servem de exemplo do quesito associado a volatilidade de longo prazo

Para avançarmos nessa reflexão, em 2013, a montanha russa os preços das *commodities* iniciaram uma vertiginosa queda levando um solavanco das economias latino americanas que tinham centrado sua estratégia desenvolvimentista lastreadas nos *tradables* (RIBEIRO SILVA, 2016a). Para termos uma ideia do descarrilamento dos preços, a queda dos preços de minério de ferro e ferro gusa entre 2011 e 2015 registrou a marca de 50% em média segundo a CEPAL. Isso significa que Brasil, Venezuela e outros sentiram o peso da crise econômica global e o declínio dos

preços das *commodities* (petróleo, minério de ferro, gás e carvão) e amargaram uma recessão de 0,3% em 2016 segundo dados do FMI.

Os EUA e sua exploração de petróleo de xisto deu uma nova roupagem geoeconômica e geopolítica para os preços do barril de petróleo, somasse ainda, o enfraquecimento do poder econômico chinês fez com o que a descida da montanha russa de preços das *commodities* (agrícolas, minerais e de energia) fosse bem mais rápida do que se esperava.

Há de reconhecer a existência de duas dimensões basilares na confecção dos organismos multilaterais e da compreensão do crescimento econômico no início do séc. XXI: uma dimensão geoeconômica e outra geopolítica.

Começamos a explicar pela dimensão geopolítica, após a diminuição do poder hegemônico dos EUA sob a América do Sul, justo pela ascensão de governos de cunho social, e, a conseqüente rejeição aos receituários de Washington houve o devido impulso para a formação de um bloco multilateral com instituições e Estados Nações latino americanas orientadas a cooperação econômica e estratégica. Além disso, geopolítica manifesta-se nas evidentes políticas de atuação dos Estados-nações, precisamente na consolidação de pactos de poder regionais, acesso a mercados estratégicos de fornecimento de insumos tecnológicos ou de matérias-primas, poder bélico, acordos bilaterais e soberania nacional.

Já a dimensão geoeconômica, vale lembrar que não está dissociada da geopolítica, uma vez que as parcerias com os mercados asiáticos, sobremaneira chinês, estimulou o desenvolvimento e investimento de setores como energia, *commodities*, telecomunicações, transporte e logística.

Ainda no campo da nossa abordagem geoeconômica sobre a produção e extração de *commodities*, isto é, na alçada que envolve o controle tático dos recursos e das redes presentes no território de cada Estado-Nação, resta saber se para a próxima subida de preços dos *tradables*, estimada para 2022, os países de industrialização tardia estarão organizados para os velhos/novos desafios colocados para o crescimento econômico no mundo como energias renováveis, crise climática, superpopulação nas metrópoles globais.

De todo modo, a inquietação que precisa ser decantada nesse momento é saber se as medidas tomadas até aqui, pelo Brasil e demais países da América

Latina, no sentido de integração regional e cooperação internacional não serão neutralizadas. Já que há uma revisita ao modelo neoliberal, cujo capitalismo de Estado, conhecido no Brasil como corrente neodesenvolvimentista, tem sido desconstruído por vieses analíticos partidários que discordam dos grandes investimentos do Estado na economia, por exemplo, setores como energia, obras de infraestrutura.

O alerta amarelo foi dado, haja vista que esses investimentos, em países agroexportadores como o Brasil e outros da América do Sul são essenciais para a retomada do crescimento/desenvolvimento. Fazer esse esforço de uma década e meia (2000-2015), e, debandar para um viés neoliberal, pode ter efeitos contundentes seja na integração regional latino-americana ou nas economias desses países. É um desafio geopolítico, mas, sem dúvida diz respeito aos desafios geoeconômicos que fazem dos fluxos globais ainda mais estratégicos.

BIBLIOGRAFIA

ALSTON; J. M.; BABCOCK, B. A. E PADEY, P. (2010): Shifting Patterns of Global Agricultural Productivity: Synthesis and Conclusion In: **The Shifting Patterns of Agricultural Production and Productivity Worldwide**. The Midwest Agribusiness Trade Research and Information Center, MATRIC: Iowa State University, Ames, Iowa. p. 449-512.

AMSDEN. A. (2009): **A ascensão do “resto”**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp

BERNARDES, L. M. C. Regiões Geoeconômicas. In **IPE/SUDEC (ed.). Diagnóstico Socioeconômico do Ceará**. 1, Fortaleza: IPE/SUDEC, 1964. p.109-114.

BLAS, J. (2012): Supercycle runs out of steam—for now. In: **Financial Times**.. 3p.

BLACK, C. (2014): O superciclo dos preços das *commodities* desacelerou ou está diante do fim? In: **Carta de conjuntura**, ano 23, nº4, 2p. <https://goo.gl/d9ZrnG>

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado. 1988.

_____. (2017): **Ministério das Relações Exteriores**, <http://www.itamaraty.gov.br/> [acessado em 09/02/2017].

CEPAL, (2013): **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**, Balanço.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CORRÊA DA SILVA, A. **De quem é o pedaço? Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. In: **Antipode** Vol. 41 No.1, 2009.

DOBBS, R.; OPPENHEIM, J.; THOMPSON, F.; MARRELS, S.; NYQUIST S. SANGHVI, S. (September 2013): **Resource Revolution: Tracking global commodity markets**. MGI: Washington: DC,.

EGLER, C. A. G.. As Américas: singularidades de um continente plural. In: M. P. Oliveira; M. C. N. Coelho; A. M. Corrêa (Eds.); **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. v. I, p.142 – 167. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a.

_____. O Rio de Janeiro e as Mudanças Globais: uma visão geoeconômica. In: Gusmão, Paulo P.; Carmo, Paula S.; Vianna, Sergio Besserman. (Org.) **Rio próximos 100 anos. O aquecimento global e a cidade**. 1ed.Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008b, v. 1, p. 43-54.

_____. As vias abertas para a América do Sul. In: A. M. M. Bicalho; P. C. D. C. Gomes (Eds.); **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. p.45– 70. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2009a.

_____. Crise e Integração Regional na América do Sul. In: F. Mendonça; C. L. Lowen-Sahr; M. Silva (Eds.); **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. p.661–673. Curitiba, PR: ADEMADAN, 2009b.

_____. Apontamentos sobre Rede Urbana e Políticas Públicas no Brasil. In: W. Soares; R. Matos (Eds.); **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. p.91–114. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

FMI, (2012): **Fundo Monetário Internacional**. Balanço global 2012. [acessado em 09/02/2017].

GEIGER, Pedro P. Organização Regional do Brasil. In: **Revista Geográfica**, v. 33 (61), 1964 p. 25-58.

HOBBSBAWN, E. **Industry and empire**. London: Penguin Books, 1999.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993. 142 p.

_____. **Development, Geography and the Economic Theory**. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1995, 117 p.

_____. OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2010.

LAZZARINI, S. C.; JANK, M. S.; INOUE, C. F. K. (2013): *Commodities* no Brasil: maldição ou benção In: Bacha, E.; Bolle, M. B., **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.

LIST, Friederich. The national system of political economy. London: Longmans, Green and Company, 1885. (Tradução da versão original de 1841, em PDF)

PECEQUILO, C. S. (2013): A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. In: **Carta Internacional (USP)**, v. 8, p. 100-115.

RIBEIRO SILVA, C. H. (2016a): Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI. Tese (**Doutorado em Geografia**) UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. 278p.

_____. (2016b): Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das *commodities*. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5. [acessado em 09/02/2017]. Disponível em: <https://goo.gl/CdDjtX>

_____. Os desafios da era geoeconômica para américa latina. In: **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 05, p. 01-11, 2017a.

_____. Geoeconomics aproachs about Mato Grosso do Sul/Brazil. In: RIBEIRO SILVA; C. H.;. (Org.) **O despertar regional (vol.2)**: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional de mato grosso do sul. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017b. v. 2, p. 69-78.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

Recebido em: 23/03/2017

Aceito para publicação em: 29/11/2017